

**Trabalho 23****ABSENTEÍSMO DEVIDO A LOMBALGIA ENTRE SERVIDORES PÚBLICOS
ESTADUAIS EM SÃO PAULO**

RODRIGUES BRESSANE CRUZ , Camila *, MATSURA SHIRASSU , Miriam**

Introdução

A lombalgia é uma das principais causas de afastamento do trabalho, além de ser a segunda causa de procura de serviços médicos. Estimativas mostram que cerca de 70 a 85% de toda a população mundial irá sentir dor lombar em alguma época de sua vida (1). Estudos epidemiológicos apontam a prevalência da lombalgia na população em geral entre 50% a 80% (2). Embora seja patologia de evolução predominantemente benigna, com resolução do quadro em 90% dos pacientes após 12 semanas, em casos de cronificação é responsável por incapacidade crescente. Menos de 50% dos pacientes com mais de seis meses de afastamento retorna ao trabalho; após dois anos de afastamento nenhum trabalhador retoma suas atividades laborativas (3). A lombalgia aguda, geralmente relacionada a comprometimento de ligamentos, músculos e/ou lesões dos discos intervertebrais, é caracterizada pela presença de dor de início súbito com duração inferior a seis semanas. Na maioria das vezes é autolimitada e dura em média de um a sete dias. Cerca de 90% dos pacientes se recuperam espontaneamente, 60% retornam para as suas funções no prazo de um mês e 30% a 60% dos pacientes podem apresentar recidiva da dor em um ano a dois anos. A lombalgia subaguda tem duração de seis a doze semanas. Neste caso, o retorno à função habitual ocorre em até três meses. A lombalgia crônica ocorre em somente cerca de 8% dos casos, ultrapassa 12 semanas, compromete a produtividade e tem maior dificuldade de se resolver por completo (2).

Médica do trabalho, título de especialista pela ANAMT em 2010. Médica sanitária, pós-graduada em Administração Hospitalar pela FMUSP e Fundação Getúlio Vargas. Preceptora da Residência Médica em Medicina do Trabalho do Hospital do Servidor Público Estadual – HSPE. Médica contratada do Prevenir, Hospital do Servidor Público Estadual – HSPE/ IAMSPE. E-mail : camila.cruz@iamspe.sp.gov.br

** Médica sanitária. Mestre em Epidemiologia. Diretora técnica do Prevenir, Hospital do Servidor Público Estadual – HSPE/ IAMSPE. E-mail: mishirassu@uol.com.br



Trabalho 23

Objetivos

Descrever o perfil epidemiológico dos afastamentos por lombalgia entre os servidores públicos do Estado de São Paulo no período de junho de 2011 a novembro de 2012 e comparar com dados disponíveis na literatura.

Material e métodos

Foram analisados dados provenientes do Departamento de Perícias Médicas do Estado (DPME), referentes a afastamentos devido aos seguintes CIDs: M51, M51.0, M54, M54.3, M54.4, M54.5, M54.8, M54.9, por serem os diagnósticos mais frequentemente relacionados à queixa de lombalgia. Os dados foram classificados de acordo com sexo, faixa etária, secretaria do Estado em que atuam, ocupação e tempo de afastamento em dias. Foi aplicado o teste do quiquadrado (χ^2) e calculada a média de dias de afastamento.

Resultados

No período analisado, ocorreram 275.797 afastamentos, dentre os quais 48.931 (17,7%) foram decorrentes de patologias ortopédicas. Os afastamentos devido a lombalgia totalizaram 18.276, correspondendo a 6,6% do total de afastamentos e 37,3% do total de afastamentos por doenças osteomusculares. A faixa etária predominante foi 50 a 59 anos (38,3%, $p < 0,05$). O sexo feminino foi predominante na amostra (73,3%, $p < 0,05$). A secretaria que apresentou o maior número de afastamentos foi a Secretaria da Educação, correspondendo a 68,8% do total ($p < 0,05$), seguida pela Secretaria da Saúde (12%) e da

Médica do trabalho, título de especialista pela ANAMT em 2010. Médica sanitária, pós-graduada em Administração Hospitalar pela FMUSP e Fundação Getúlio Vargas. Preceptora da Residência Médica em Medicina do Trabalho do Hospital do Servidor Público Estadual – HSPE. Médica contratada do Prevenir, Hospital do Servidor Público Estadual – HSPE/ IAMSPE. E-mail : camila.cruz@iamspe.sp.gov.br

** Médica sanitária. Mestre em Epidemiologia. Diretora técnica do Prevenir, Hospital do Servidor Público Estadual – HSPE/ IAMSPE. E-mail: mishirassu@uol.com.br



Trabalho 23

Secretaria de Administração Penitenciária (9,4%). A ocupação mais freqüente foi professor de educação básica (57%, $p < 0,05$); a segunda ocupação mais freqüente foi auxiliar de enfermagem (6,5%), seguidos pelos agentes penitenciários (6,3%). Os afastamentos até 30 dias corresponderam a 78,3% do total; dentre estes, os afastamentos até 5 dias predominaram (29,9%, $p < 0,05$). A média de dias de afastamento foi 24,04 dias.

Discussão

Os resultados revelam predominância do sexo feminino, com faixa etária de 50 a 59 anos e ocupação de professor de educação básica. Os dados sugerem ainda maior prevalência de lombalgia aguda, entretanto, deve-se atentar para o fato de que muitas das licenças são referentes a um mesmo servidor, portanto, a prevalência de lombalgia subaguda e crônica foi subestimada. A prevalência de servidores da Secretaria da Educação, em especial professores de educação básica sugerem possível gênese de fatores ocupacionais na geração ou cronificação do quadro algico, já que foi descrito na literatura associação da lombalgia com fatores de risco tais como as movimentações e as posturas incorretas decorrentes das inadequações do ambiente de trabalho, das condições de funcionamento dos equipamentos disponíveis, bem como das formas de organização e de execução do trabalho (2). Gasparini et al (4) avaliaram afastamentos entre servidores da área da educação da rede municipal de Belo Horizonte, revelando predominância dos professores entre os servidores afastados (84,2%). Nesta amostra houve prevalência de afastamento por transtornos mentais (15,3%) e as patologias do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo apareceram como a terceira causa de afastamento (11,5%), entretanto vale ressaltar que o grupo classificado com “outros” correspondeu a 48,5% dos afastamentos. Em nossa amostra,

Médica do trabalho, título de especialista pela ANAMT em 2010. Médica sanitária, pós-graduada em Administração Hospitalar pela FMUSP e Fundação Getúlio Vargas. Preceptora da Residência Médica em Medicina do Trabalho do Hospital do Servidor Público Estadual – HSPE. Médica contratada do Prevenir, Hospital do Servidor Público Estadual – HSPE/ IAMSPE. E-mail : camila.cruz@iamspe.sp.gov.br

** Médica sanitária. Mestre em Epidemiologia. Diretora técnica do Prevenir, Hospital do Servidor Público Estadual – HSPE/ IAMSPE. E-mail: mishirassu@uol.com.br



Trabalho 23

observou-se também prevalência das patologias psiquiátricas (34,3%), constituindo as patologias osteomusculares a segunda causa de afastamento. Fernandes et al (5) avaliaram 242 professores da rede básica em Natal revelando prevalência elevada de sintomatologia dolorosa lombar nos últimos 12 meses (53,7%), gerando impedimento na realização de atividades da vida diária em 22,7% e motivando procura de assistência médica em 10,7%. Dentre os professores avaliados neste estudo, 26,9% referiram lombalgia nos últimos sete dias. Houve associação com o sexo feminino e prática inadequada de atividade física, realidade que também se observa entre os servidores da Secretaria da Educação de São Paulo, já que 51,6% referiram ser sedentários (6). O sobrepeso e a obesidade, presentes em 65,4% da população de servidores da Secretaria de Educação segundo estudo realizado por esta instituição (6) também são fatores desencadeantes de lombalgia. Com relação aos fatores ocupacionais, Gasparini et al (4) destacam como causas de sintomatologia dolorosa entre os professores as salas inadequadas, o trabalho repetitivo, ritmo acelerado de trabalho, desempenho de atividades sem materiais e equipamentos adequados, posição de trabalho incômoda e ortostatismo prolongado. O estudo SP Educação com Saúde realizado através de levantamento do processo de trabalho, perfil de saúde e hábitos de vida de 68.316 servidores da Secretaria da Educação de São Paulo (6) revelou que 40,5% dos servidores da Secretaria da Educação consideraram o ambiente de trabalho inadequado. Este estudo revelou ainda que 61,7% consideraram que existem fatores no ambiente de trabalho que comprometem a sua qualidade de vida. Helfenstein et al (2) destacam ainda a importância dos fatores psicossociais na gênese e cronificação da dor lombar, tais como a insatisfação com o trabalho, síndromes depressivas, litígios trabalhistas, ganhos secundários sociais e econômicos. Destaca-se na população de servidores públicos estaduais, em especial os professores, a insatisfação com o trabalho (4). Os dados alertam para a necessidade de implementação de programas de

Médica do trabalho, título de especialista pela ANAMT em 2010. Médica sanitária, pós-graduada em Administração Hospitalar pela FMUSP e Fundação Getúlio Vargas. Preceptora da Residência Médica em Medicina do Trabalho do Hospital do Servidor Público Estadual – HSPE. Médica contratada do Prevenir, Hospital do Servidor Público Estadual – HSPE/ IAMSPE. E-mail : camila.cruz@iamspe.sp.gov.br

** Médica sanitária. Mestre em Epidemiologia. Diretora técnica do Prevenir, Hospital do Servidor Público Estadual – HSPE/ IAMSPE. E-mail: mishirassu@uol.com.br



Trabalho 23

promoção à saúde dos servidores estaduais, especialmente aqueles que atuam na Secretaria da Educação, além da adequação ergonômica dos postos de trabalho, a fim de gerar melhoria nas condições de trabalho dos servidores e de reduzir a taxa de afastamento e os custos decorrentes do absenteísmo.

Referências bibliográficas

1. Almeida ICGB, Sá KN, Silva M, Baptista A, Matos MA, Lessa I. Prevalência de dor lombar crônica na população da cidade de Salvador. Rev Bras Ortop 2008; 43(3): 96-102.
2. Helfenstein Junior M, Goldenfum MA, Siena C. Lombalgia ocupacional. Rev Assoc Med Bras 2010; 56(5): 583-9.
3. Fortes FSG, Souza CGGT, Barros Filho TEP. Lombalgia: magnitude do problema. Acta Ortop Bras 2000 Jan/mar; 8(1) : 47-51.
4. Gasparini SM, Barreto SM, Assunção AA. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. Educação e Pesquisa, São Paulo 31 maio/ago 2005 (2):189-199.

Médica do trabalho, título de especialista pela ANAMT em 2010. Médica sanitária, pós-graduada em Administração Hospitalar pela FMUSP e Fundação Getúlio Vargas. Preceptora da Residência Médica em Medicina do Trabalho do Hospital do Servidor Público Estadual – HSPE. Médica contratada do Prevenir, Hospital do Servidor Público Estadual – HSPE/ IAMSPE. E-mail : camila.cruz@iamspe.sp.gov.br

** Médica sanitária. Mestre em Epidemiologia. Diretora técnica do Prevenir, Hospital do Servidor Público Estadual – HSPE/ IAMSPE. E-mail: mishirassu@uol.com.br



Trabalho 23

5. Fernandes MH, Rocha, VM, Costa-Oliveira AGR. Fatores associados à prevalência de sintomas osteomusculares em professores. Ver. Salud pública 2009; 11 (2): 256-267.
6. SP Educação com saúde: caracterização dos servidores públicos das escolas estaduais de São Paulo. (Mimeo)

Médica do trabalho, título de especialista pela ANAMT em 2010. Médica sanitarista, pós-graduada em Administração Hospitalar pela FMUSP e Fundação Getúlio Vargas. Preceptora da Residência Médica em Medicina do Trabalho do Hospital do Servidor Público Estadual – HSPE. Médica contratada do Prevenir, Hospital do Servidor Público Estadual – HSPE/ IAMSPE. E-mail : camila.cruz@iamspe.sp.gov.br

** Médica sanitarista. Mestre em Epidemiologia. Diretora técnica do Prevenir, Hospital do Servidor Público Estadual – HSPE/ IAMSPE. E-mail: mishirassu@uol.com.br